

**A**

**CENTRAL DE COMPRAS**

**Memoria de Cálculo**

**Pregão Eletrônico nº 10/2020**

A empresa Fortaleza Serviços Empresariais EIRELI, CNPJ nº 38.054.508/0001-45, estabelecida na ADE CONJUNTO 03 LOTE 27 - Águas Claras, por intermédio de seu representante legal, Sr. **Diego Oliveira Barreto**, portador(a) da CI nº 2419499, expedida pelo SSP/DF, e do CPF nº **127.657.217-42**, apresentar memoria de calculo.

**a) Salários**

**Auxiliar Administrativo** – R\$ 1.278,71 - Conforme CCT do Sindiserviços/DF.

**Assistente Administrativo** – R\$ 1.406,58 –Não possui CCT própria, deste modo foi utilizado o salário do Auxiliar Administrativo + 10%.

**Recepcionista** – R\$ 1.826,64 Conforme CCT do Sindiserviços/DF.

**Recepcionista Bilíngue** – R\$ 1.917,97 - Não possui CCT própria, deste modo foi utilizado o salário do Recepcionista + 5%.

**Secretario Executivo I** – R\$ 4.440,00 – Conforme CCT do SIS/DF.

**Secretario Executivo II** – R\$ 5.030,00 – Conforme CCT do SIS/DF

**Técnico em Secretariado** – R\$ 2.220,00 - Conforme CCT do SIS/DF.

**b) Encargos**

		%	BASE LEGAL
A	INSS	20,00%	Art. 2º, § 3º, da Lei 11.457, de 16 de março de 2007.
B	Salário Educação	2,50%	Art. 3º, Inciso I, Decreto 87.043, de 22 de março de 1982.
C	Seguro acidente do trabalho	2,4546%	Conforme GFIP anexa
D	SESC ou SESI	1,50%	Art. 30, Lei 8.036, de 11 de maio de 1990.



E	SENAI - SENAC	1,00%	Art. 1º, caput, Decreto-Lei 6.246, de 1944 (SENAI) e art. 4º, caput do Decreto-Lei 8.621, de 1946 (SENAC).
F	SEBRAE	0,60%	Art. 8º, Lei 8.029, de 12 de abril de 1990.
G	INCRA	0,20%	Art. 1º, I, 2 c/c art. 3º, ambos do Decreto-Lei 1.146, de 31 de dezembro de 1970.
H	FGTS	8,00%	Art. 15, Lei nº 8.036/90 e Art. 7º, III, CF.
		<b>36,25%</b>	

**Férias** – observado o prazo de execução dos serviços de 28 meses, considerada a quantidade de 70 dias de férias no período.

**13º Salário** - observado o prazo de execução dos serviços de 28 meses, considerada as disposições da Lei nº 4.090, de 13 de junho de 1962, e Decreto nº 57.155, de 03 de novembro de 1965.

**Substituição Temporária** (lote 4,6 e 20) – considerada a realidade da empresa e analisando as peculiaridades dos serviços, foi estabelecida uma estimativa de 21,5 dias de ausências anuais que necessitarão de substituição, tendo como parâmetro os contratos de Apoio Administrativo desta Empresa, sendo 20,95 dias para férias e a média de 0,55 dias de ausências.

**Substituição Temporária** (lote 5 e 9) – Esta licitante na elaboração de sua proposta teve entendimento equivocado em relação este item, deste modo essa empresa entendendo ter cometido um erro no preenchimento de sua planilha assumi as responsabilidades e mantém suas propostas nas condições apresentadas, sem que cause prejuízos para os Contratantes conforme item 6.9 do edital, sendo considerado 12 dias de ausências anuais.

**Rescisão de Contrato** – considerada a necessidade rescisão sem do contrato de trabalho de 85,43% dos empregados alocados, sendo 7,5% com indenização de aviso prévio, estimado em 33 dias, tendo como base os contratos desta Empresa.

### c) Benefícios

**Auxílio Alimentação** – R\$ 33,62 por dia, conforme a CCT 2020/2020 firmada entre o SEAC/DF e Sindiservicos/DF e SISI/DF

33,62 x 21 dias

**Vale Transporte** – R\$ 4,50 por percurso, levando em consideração a média de trabalhadores que recebem e que não são optantes e ainda as diversas tarifas do Distrito Federal.

9,00 x 21 dias

**Seguro de Vida/Assistência Funeral** - Retirado conforme solicitação do dia 07 de junho de 2021.



## **Plano de Saúde e Assistência Odontológica – Não cotado conforme se verifica na**

Orientação Normativa nº 63, de 21 de maio de 2020, que estabeleceu que:

*“É INDEVIDA A INCLUSÃO, NAS PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS, DE BENEFÍCIOS ESTABELECIDOS EM ACORDO OU CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO QUE ONEREM EXCLUSIVAMENTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA TOMADORA DE SERVIÇO”.*

Na CCT 2020/2020 refere-se aos benefícios:

### **Sindiserviços/2020**

*“CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PLANO AMBULATORIAL As empresas repassarão, mensalmente, à operadora do plano ambulatorial o valor de R\$ 153,77 (cento e cinquenta e três reais e setenta e sete centavos), **unicamente por empregado efetivado e diretamente ativado na execução dos seus contratos de prestação de serviços, público ou privado, limitado ao quantitativo de trabalhadores contratados pelos tomadores dos serviços, a título de plano ambulatorial, sem qualquer ônus para o trabalhador.** (grifo nosso)*

...

*CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA Fica convencionado que, as empresas pagarão mensalmente ao Sindicato Laboral, o valor de R\$ 10,63 (dez reais e sessenta e três centavos) **por empregado efetivado e diretamente ativado na execução dos seus contratos de prestação de serviços, públicos ou privados, limitado ao quantitativo de trabalhadores contratados pelos tomadores dos serviços. Valor esse a ser pago até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente, sem ônus para o empregado, para fins de custeio de auxílio odontológico para todos os trabalhadores.** (grifo nosso)”*

### **SIS/DF 2020**

*“CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PLANO AMBULATORIAL As empresas repassarão, mensalmente, à operadora do plano ambulatorial o valor de R\$ 153,77 (cento e cinquenta e três reais e setenta e sete centavos), **unicamente por empregado efetivado e diretamente ativado na execução dos seus***

**contratos de prestação de serviços, público ou privado, limitado ao quantitativo de trabalhadores contratados pelos tomadores dos serviços, a título de plano ambulatorial, sem qualquer ônus para o trabalhador. (grifo nosso)**

...

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA** Fica convencionado que, as empresas pagarão mensalmente ao Sindicato Laboral, o valor de R\$ 10,63 (dez reais e sessenta e três centavos) **por empregado efetivado e diretamente ativado na execução dos seus contratos de prestação de serviços, públicos ou privados, limitado ao quantitativo de trabalhadores contratados pelos tomadores dos serviços. Valor esse a ser pago até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente, sem ônus para o empregado, para fins de custeio de auxílio odontológico para todos os trabalhadores. (grifo nosso)**

Pode perceber que pelas redações acima os benefícios, Planos de Saúde Assistência Odontológica, que a CCT 2020/2020 onera exclusivamente os empregados vinculados a contratos de prestação de serviços, afrontando a Orientação Normativa nº 63/2020.

Pode verificar também que nos pareceres 15/2014/CPLC/DEPCONS/PGF/AGU, do Parecer nº 12/2016/CPLC/DEPCONS/PGF/AGU, Parecer AGU 00902/2016/Conjur/MJ/CGU/AGU, Acórdão 1.248/2009 – TCU – 2ª Câmara e Acórdão nº 720/2016/Plenário- TCU, onde concluíram pela ilegalidade, por afrontar o art. 611 da CLT, da estipulação na CCT do custeio de plano de saúde com oneração exclusiva da Administração pública tomadora do serviço e beneficiando apenas à categoria de empregados terceirizados.

A Nota nº 86/2017/DECOR/CGU/AGU, esclarece a impossibilidade de convenção coletiva se dirigir apenas a parte da categoria que seja contratada mediante tomadores de serviço. Neste sentido, a nota destacou o entendimento do Tribunal de Contas da União, que, no Acórdão nº 1033/2015 – Plenário, decidiu que “a obrigação de pagamento seria instituída em momento anterior à efetiva contratação do plano de saúde, o que faria com que a Administração, caso imediatamente repassasse os valores correspondentes às empresas contratadas, arcasse por algum tempo com os custos de um plano de saúde inexistente (...)”.

Parecer nº 00902/2016/CONJURMJ/CGU/AGU (2716783), assim manifestou-se:

*“11. A hipótese já foi objeto dos pareceres acostados a este processo, sendo que as manifestações concluíram pela impossibilidade de o tomador do serviço arcar com o valor referente ao auxílio-saúde dos prestadores de serviços. 12. O*

*aludido Parecer da câmara permanente de licitações e Contratos gerou a seguinte conclusão DEPCONSU/PGF/AGU nº 88/2014:*

*É ILEGAL, POR AFRONTAR O ART. 611 DA CLT, A ESTIPULAÇÃO EM CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO DO CUSTEIO DE PLANO DE SAÚDE COM ONERAÇÃO EXCLUSIVA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA TOMADORA DO SERVIÇOS, E BENEFICIANDO APENAS À CATEGORIA DE EMPREGADOS TERCEIRIZADOS DESTA.*

*13. Tal manifestação, apesar de não ter efeito vinculante a este órgão de assessoramento jurídico, já foi expressamente adotada por esta CONJUR/MJ, conforme manifestações jurídicas acostadas a este processo.*

*14. Com isso, o caráter não obrigatório do benefício afasta a obrigação de pagamento dos valores em face da ausência de variação de custos do contrato original. (...)*

*15. O estabelecimento do custeio de tal benefício em convenção coletiva com oneração exclusiva da Administração Pública (tomadora do serviço) é ilegal, essa situação não mudou com a CCT 2016."*

Então conclui-se que:

a) benefícios de assistência médica e odontológica estabelecidos em convenção coletiva de trabalho que obriguem apenas a Administração Pública tomadora de serviço são considerados ilegais, não havendo obrigatoriedade de aceitação dos itens pela Administração Pública, conforme Orientação Normativa da AGU nº 63, de 2020;

b) sendo ilegais os referidos benefícios nos moldes estabelecidos na alínea anterior, deverá a Administração Pública rever os contratos que ainda contenham a previsão dos itens e retirá-los da planilha de custo, garantindo-se o contraditório e ampla defesa. Com relação aos efeitos da declaração de ilegalidade, a declaração de nulidade analisada se opera retroativamente, devendo-se desconstituir os efeitos já produzidos, salvo comprovada boa-fé.

Com base das explicações acima, a empresa FORTALEZA SERVIÇOS decidiu retirar os benefícios e assumir qualquer equívoco no dimensionamento conforme item 6.3.1.

*"6.3.1 A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso*



*o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.*

**d) Uniforme**

Foi considerado o valor de R\$ 80,00 reais para cada jogo de uniforme, sendo realizada a entrega da seguinte forma, para os cargos de Auxiliar Administrativo, Assistente Administrativo, Recepcionista e Recepcionista Bilíngue, será fornecido 2 conjuntos de uniformes completos quando da alocação dos empregados na execução dos serviços e, depois, 1 conjunto completo a cada 6 meses, para os cargos de Secretário Executivo I, Secretário Executivo II e Técnico em Secretariado, será fornecido 2 conjuntos de uniformes completos quando da alocação dos empregados na execução dos serviços e, depois, 2 conjuntos completos a cada 6 meses

**e) Custos Indiretos** – Foi considerado o percentual de 0,10%.

**f) Tributos** – Empresa optante pelo Lucro Real deve ser cotada a média dos últimos 12 meses, conforme documentação anexa.

Apuração do percentual médio de recolhimento do PIS					
Mês	Faturamento	Contribuição apurada	Crédito Descontado	Contribuição Devida	Percentual
out/19	R\$ 8.586.286,67	R\$ 141.673,73	R\$ 33.655,83	R\$ 108.017,90	1,26%
nov/19	R\$ 4.793.646,67	R\$ 79.095,17	R\$ 20.448,83	R\$ 58.646,34	1,22%
dez/19	R\$ 8.661.044,24	R\$ 142.907,23	R\$ 25.460,70	R\$ 117.446,53	1,36%
jan/20	R\$ 4.337.234,55	R\$ 71.564,37	R\$ 24.162,91	R\$ 47.401,46	1,09%
fev/20	R\$ 3.581.730,30	R\$ 59.098,55	R\$ 16.534,04	R\$ 42.564,51	1,19%
mar/20	R\$ 7.678.752,73	R\$ 126.699,42	R\$ 29.840,00	R\$ 96.859,42	1,26%
abr/20	R\$ 7.577.113,94	R\$ 125.022,38	R\$ 21.268,87	R\$ 103.753,51	1,37%
mai/20	R\$ 6.406.354,55	R\$ 105.704,85		R\$ 105.704,85	1,65%
jun/20	R\$ 7.970.812,12	R\$ 131.518,40	R\$ 94.890,63	R\$ 36.627,77	0,46%
jul/20	R\$ 11.624.130,91	R\$ 191.798,16	R\$ 95.106,07	R\$ 96.692,09	0,83%
ago/20	R\$ 9.422.576,36	R\$ 155.472,51	R\$ 80.401,10	R\$ 75.071,41	0,80%
set/20	R\$ 9.358.130,91	R\$ 154.409,16	R\$ 72.838,48	R\$ 81.570,68	0,87%
Percentual médio do período					<b>1,11%</b>

<b>Apuração do percentual médio de recolhimento do COFINS</b>
---

Mês	Faturamento	Contribuição apurada	Crédito Descontado	Contribuição Devida	Percentual
out/19	R\$ 8.586.286,67	R\$ 652.557,77	R\$ 155.020,79	R\$ 497.536,98	5,79%
nov/19	R\$ 4.793.646,67	R\$ 364.317,14	R\$ 93.594,49	R\$ 270.722,65	5,65%
dez/19	R\$ 8.661.044,24	R\$ 658.239,37	R\$ 117.273,53	R\$ 540.965,84	6,25%
jan/20	R\$ 4.337.234,55	R\$ 329.629,84	R\$ 111.295,82	R\$ 218.334,02	5,03%
fev/20	R\$ 3.581.730,30	R\$ 272.211,51	R\$ 75.759,83	R\$ 196.451,68	5,48%
mar/20	R\$ 7.678.752,73	R\$ 583.585,19	R\$ 100.562,82	R\$ 483.022,37	6,29%
abr/20	R\$ 7.577.113,94	R\$ 575.860,66	R\$ 97.965,69	R\$ 477.894,97	6,31%
mai/20	R\$ 6.406.354,55	R\$ 486.882,95		R\$ 486.882,95	7,60%
jun/20	R\$ 7.970.812,12	R\$ 605.781,70	R\$ 437.071,70	R\$ 168.710,00	2,12%
jul/20	R\$ 11.624.130,91	R\$ 883.433,93	R\$ 438.064,34	R\$ 445.369,59	3,83%
ago/20	R\$ 9.422.576,36	R\$ 716.115,80	R\$ 370.331,32	R\$ 345.784,48	3,67%
set/20	R\$ 9.358.130,91	R\$ 711.217,97	R\$ 335.498,47	R\$ 375.719,50	4,01%
Percentual médio do período					<b>5,17%</b>

- g) **Lucro** - É o benefício livre de despesas que se obtém na exploração de uma atividade econômica e pelo qual a contratada está disposta a executar os serviços propostos.

G20	Lucro %
Assistente Administrativo	3,20%
Recepcionista	0,30%
Secretário Executivo I	0,15%
Técnico em Secretariado	0,80%
<b>Média do Lote</b>	<b>1,11%</b>

- A variação do lucro por categoria se faz necessário, tendo em vista a solicitação da Sra. Pregoeira no sistema de ajuste da proposta de acordo com o lance ofertado, deste modo esta Empresa optou pelo ajuste no lucro para assim o lance esteja de acordo com a solicitação e sem prejuízo para esta Empresa.

  
 FORTALEZA SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA  
 Diego de Oliveira Barreto  
 Diretor Administrativo

